

Artigo recebido em:
09.10.2019
Aprovado em:
02.03.2020

Rádio no Brasil: histórias a serem contadas¹

Luiz Artur Ferraretto

Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde atua no curso de Jornalismo e no Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM), além de coordenar o Núcleo de Estudos de Rádio (NER).

E-mail: luiz.ferraretto@ufrgs.br

Luiz Artur Ferraretto

Resumo

Este artigo propõe-se a provocar um debate sobre as pesquisas históricas que têm como foco objetos de estudo relacionados ao rádio brasileiro. Procura identificar os primeiros trabalhos realizados com base científica nesse campo, demonstrando que, enquanto o meio chega a seu centenário, o início da sistematização da pesquisa histórica data dos anos 1970. Na diferenciação entre história e memória, embasa-se em Carr (1996), Veyne (1998) e Le Goff (2013). Na categorização dos estudos históricos da comunicação, ampara-se em Schudson (1993). A partir desse quadro teórico-metodológico, busca uma reflexão sobre as diferenças, os méritos e os problemas de relatos biográficos, jornalísticos e históricos, bem como a respeito das lacunas existentes na recuperação dos fatos e dos personagens da trajetória das emissoras em seu contexto de época.

Palavras-chave: História do rádio. História. Memória.

Radio in Brazil: stories to be told

Abstract

This article proposes to provoke a debate about the historical researches that focus on objects of study related to the Brazilian radio. It seeks to identify the first studies carried out on a scientific basis in this field, demonstrating that, while the medium reaches its centenary, the beginning of the systematization of historical research dates from 1970 years. In the distinction between history and memory, it is based on Carr (1996), Veyne (1998) and Le Goff (2013). In the categorization of the historical studies of communication, it is supported in Schudson (1993). From this theoretical-methodological framework, it seeks a reflection on the differences, merits and problems of biographical, journalistic and historical reports, as well as regarding the gaps in the recovery of the facts and characters of the trajectory of the broadcasters in their period context.

Key words: History of the radio. History. Memory.

Como em outros campos da pesquisa científica, estudar a história do rádio implica aprofundamento e descoberta constantes. Para além do que o senso comum considera, o passado não se extingue totalmente e há sempre a possibilidade de que surjam novos indícios ou provas a respeito de algo. Pode-se tornar mais rara, mas não é de todo improvável, a possibilidade de recuperação de informações. Depende, obviamente, de um esforço – reitera-se – continuado por parte de pesquisadores dedicados. Há que destacar ainda: o relato histórico constitui-se em uma reconstrução da realidade, uma narrativa a respeito de fatos e de seus protagonistas, feita a partir da visão de um especialista distanciado no tempo e, por vezes, no espaço. Aqui, portanto, opta-se pela ideia de que existe uma história do rádio, indo ao encontro de uma observação de Marialva Barbosa (2010, p. 11) a respeito, ao iniciar um dos seus dois volumes que tratam dos veículos impressos no Brasil: “A história da imprensa que vamos contar não tem a pretensão de trazer o passado, de maneira integral, para o presente. Não se trata também de achar que a interpretação que fazemos é única e definitiva. Ela é apenas uma das muitas possíveis”. Compartilhando esta convicção e trazendo-a para o rádio, vai-se refletir sobre as diferenças, os méritos e os problemas de relatos biográficos, jornalísticos e históricos, bem como a respeito das lacunas existentes na recuperação da trajetória das emissoras e profissionais em seu contexto de época.

Parte-se, em um primeiro momento, do que o senso comum consagra a respeito da palavra “história” e de outros termos relacionados, recorrendo-se para tal à parte do registrado pelo *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1983):

1. Narração metódica dos fatos notáveis ocorridos na vida dos povos, em particular, e na vida da humanidade, em geral [...]. 2. Conjunto de conhecimentos adquiridos através da tradição e ou por meio dos documentos relativos à evolução, ao passado da humanidade. 3. Ciência e método que permitem adquirir e transmitir aqueles conhecimentos. 4. O conjunto das obras referentes à história. 5. Conjunto de conhecimentos relativos a esta ciência, ou que têm implicações com ela, ministrados nas respectivas faculdades [...]. 6. Estudo das origens e processos de uma arte, de uma ciência ou de um ramo do conhecimento [...]. 7. Narração de acontecimentos, de ações, em geral cronologicamente dispostos [...]. 8. Narração de fatos, acontecimentos ou particularidades relativas a um determinado assunto [...]. (FERREIRA, 1983, p. 729).²

Já o *Dicionário de Sinônimos*, de Antenor Nascentes (1981), obra clássica por registrar diferenças de significação entre vocábulos agrupados por grau de parença, embora não inclua o termo “história”, procura especificar a tarefa do historiador, aquele “que coordena os fatos e os julga” (NASCENTES, 1981, p. 283), além de elencar outras palavras relacionadas:

Lembrança, memória, recordação, reminiscência, retentiva – Memória é a faculdade de conservar e experimentar de novo estados de consciência passados. Lembrança é o resultado do exercício desta faculdade, é a apresentação, pela memória, de ideias adquiridas. Recordação é lembrança reavivada, é o ato de trazer à lembrança as ideias confiadas à memória e recordar [...] ideias antigas, que causaram fraca impressão, que deixaram dúvidas, restando delas por isso ligeiros vestígios. Reminiscência é lembrança inconsciente, vaga, impressão ligeira que ficou de coisa lida, ouvida, vista, de ideias e noções que foram presentes em tempos remotos. Retentiva é memória que conserva as impressões durante longo tempo [...]. (NASCENTES, 1981, p. 303-304).

O que se pretende com esta digressão sobre a semântica de vocábulos relacionados à ideia de história? Na realidade, com tais observações, busca-se destacar, já de saída, certa confusão existente no campo dos registros sobre o rádio e da análise desses dentro e fora do ambiente acadêmico. Se comparadas à trajetória do meio, as pesquisas científicas que têm como foco objetos de estudo relacionados ao rádio brasileiro são recentes e começam a ganhar força apenas a partir de 1991, quando se constitui um fórum de estudos específicos dentro da Sociedade

¹Versão de conferência proferida no dia 4 de setembro de 2019 no Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora durante o 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, na Universidade Federal do Pará, em Belém. A reflexão aqui apresentada é tributária de comentários dos pesquisadores presentes.

²Nas citações anteriores ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, adotou-se o determinado por esse tratado para o idioma, preferindo-se as variações usuais no Brasil.

³Em 2000, passa a se chamar Núcleo de Pesquisa em Mídia Sonora, reincorporando, mais tarde, a palavra “rádio”. No ano de 2008, adota a denominação Grupo de Pesquisa em Rádio e Mídia Sonora (FERRARETTO, 2012a).

⁴Criada em 2001, a Rede Nacional de Pesquisadores de História da Mídia homenageia em sua denominação o historiador pernambucano Alfredo de Carvalho (1870-1916). Em 2008, transforma-se na Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, mantendo a sigla original – Alcar –, que faz referência ao seu patrono (BARBOSA, 2009).

⁵As datas indicadas são as de lançamento de cada uma das obras, não necessariamente as das edições usadas aqui como referência.

Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), durante o congresso anual da entidade realizado naquele ano na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Naquele momento, por iniciativa das professoras Doris Fagundes Haussen, da própria PUCRS, e Sonia Virgínia Moreira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, constituiu-se o Grupo de Trabalho Rádio³. Novo impulso seria dado dez anos depois, em 2003, quando ocorre o 1º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho⁴, na UERJ, no Rio de Janeiro, dentro do qual já se estrutura o Grupo de Trabalho História da Mídia Sonora. Como registra Dóris Fagundes Haussen (2018, p. 2), para a pesquisa a respeito do rádio no Brasil, é importante também a constituição de programas de pós-graduação em Comunicação, que, de cinco, no final dos anos 1980, ultrapassavam a casa dos 50 em 2018.

Antes de 1991, sem pretender fazer um levantamento definitivo a respeito, pode-se identificar já alguns trabalhos de fôlego no meio acadêmico. De caráter mais abrangente, há obras total ou parcialmente dedicadas à construção de uma espécie de história geral do rádio no Brasil como *Radiodifusão hoje*, de Saint-Clair Lopes (1970)⁵; *História da comunicação: rádio e TV no Brasil*, de Maria Elvira Bonavita Federico (1982); *História do rádio e da televisão no Brasil e no mundo (memórias de um pioneiro)*, de Mário Ferraz Sampaio (1984); *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*, de Gisela Swetlana Ortriwano (1984); e *O rádio no Brasil*, de Sonia Virgínia Moreira (1991). Observa-se que tais livros demonstram bem o momento de transição em direção a uma pesquisa construída sob parâmetros científicos. Por exemplo, os livros de Saint-Clair Lopes e Mário Ferraz Sampaio – sem dúvida, importantes – ainda trazem fortes marcas autobiográficas, enquanto os demais já demonstram preocupações teóricas e metodológicas. Tais cuidados aparecem de modo mais explícito em três estudos de caráter específico: *Por trás das ondas da Rádio Nacional*, de Miriam Goldfeder (1980); *Rádio Nacional, o Brasil em sintonia*, de Luiz Carlos Saroldi e Sonia Virgínia Moreira (1984); e *A locomotiva no ar: rádio e modernidade em São Paulo 1924-1934*, de Antonio Pedro Tota (1990).

História, memória e jornalismo

Ao destacar o papel da sistematização científica dos estudos históricos a respeito do rádio, não se pretende desprezar contribuições de caráter autobiográfico ou jornalístico a respeito da trajetória do meio, de seus veículos e de seus protagonistas no país. Como narrar os primeiros anos do rádio comercial sem levar em consideração as crônicas incluídas em *Acabaram de ouvir...*, de Cesar Ladeira (1933), o criador do primeiro elenco fixo, o da *Record*, de São Paulo, ou a enorme quantidade de dados reunidos em *Bastidores do rádio: fragmentos do rádio de ontem e de hoje*, de Renato Murce (1976), outro pioneiro? Na reconstrução da história da Nacional, do Rio de Janeiro, é possível ignorar *Bagaço de beira-estrada*, segundo volume da autobiografia de Mario Lago (1977), dedicado à passagem do ator, compositor e radialista pela emissora, ou o livro *César de Alencar – A voz que abalou o rádio*, de Jonas Vieira (1993), no qual aparece a defesa em relação às acusações feitas por Lago a respeito do envolvimento do mais famoso animador do rádio do país nas demissões ocorridas na estação após o golpe civil-militar de 1964? Vale o mesmo para os livros-reportagem *Chatô – O rei do Brasil*, de Fernando Moraes (1994), e *Carmen – Uma biografia*, de Ruy Castro (2005), o primeiro sobre Assis Chateaubriand, um dos principais empresários de comunicação da história, e o segundo enfocando Carmen Miranda, a cantora brasileira mais conhecida no mundo. Pode-se ignorar relatos de fôlego produzidos por profissionais de rádio sem ligação alguma com universidades, como *Raízes e evolução do rádio e da televisão*, de Octavio Augusto Vampré (1979), ou as duas edições de *Histórias que o rádio não contou*, de Reynaldo Tavares (1997 e 2014), uma procurando ultrapassar a outra em detalhamento? Obviamente que não. Faz-se necessário, no entanto, ter clara a diferença entre história, memória e jornalismo.

Como alertam Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, compreendendo a complexidade do tema, há significativa dificuldade em responder à pergunta “o que é história?”:

Essa pergunta não é nova, e cada corrente de pensamento procura dar sua própria resposta. Por isso, não é possível oferecer uma definição fechada para esse conceito. O mais importante é estabelecer as linhas gerais do debate em torno da natureza da história” (SILVA; SILVA, 2018, p. 182).

Já a memória “está nos próprios alicerces da história, confundindo-se com o documento, com o monumento e com a oralidade. Mas só muito recentemente se tornou objeto de reflexão da historiografia” (SILVA; SILVA, 2018, p. 275). Essa sobreposição, no entanto, passou a ser rechaçada por alguns autores, que advogam certa diferenciação entre história e memória, mesmo admitindo que essas sejam inseparáveis.

Seguindo o que indicam Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2018), busca-se amparo teórico em Carr (1996), Veyne (2008) e Le Goff (2013). Primeiro, cabe deixar claro o papel do pesquisador ao colocar o seu olhar sobre o acontecido. Edward Hallett Carr (1996, p. 46) pergunta: “Qual o critério que distingue fatos da história de outros fatos do passado?” e “O que é um fato histórico?”.

É comum dizer-se que os fatos falam por si. Naturalmente isto não é verdade. Os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto. [...] É o historiador quem decide por suas próprias razões que o fato de César atravessar aquele pequeno riacho, o Rubicão, é um fato da história, ao passo que a travessia do Rubicão⁶, por milhões de outras pessoas antes ou desde então não interessa a ninguém em absoluto. O fato de você ter chegado neste edifício meia hora atrás a pé, ou de bicicleta, ou de carro, é exatamente tanto um fato do passado quanto o fato de César ter atravessado o Rubicão. Mas provavelmente será ignorado pelos historiadores. (CARR, 1996, p. 47).

Sem pretender entrar no debate sobre o caráter da história como ciência, algo rejeitado por Paul Veyne (2008), admite-se o seu posicionamento como narrativa do acontecido, o que, de certo modo, já foi indicado na abertura desta reflexão.

A história é narrativa de acontecimentos: tudo o resto daí decorre. Dado que ela é no conjunto uma narrativa, não faz reviver, tal como o romance; o vivido tal como sai das mãos do historiador não é o dos atores; é uma narração, o que permite eliminar alguns falsos problemas. Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz resumir um século numa página e esta síntese da narrativa não é menos espontânea do que a da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos. Especular sobre o intervalo que separa sempre o vivido e a coleção da narrativa levaria simplesmente a verificar que Waterloo⁷ não foi a mesma coisa para um veterano e para um marechal, quer se possa contar esta batalha na primeira ou na terceira pessoa, falar dela como de uma batalha, duma vitória inglesa ou de uma derrota francesa, quer se possa deixar antever desde o princípio qual foi o epílogo ou fingir descobri-lo; estas especulações podem dar lugar a divertidas experiências de estética para o historiador; são a descoberta de um limite (VEYNE, 2008, p. 14).

Ao tratar da relação da história com a memória, Jacques Le Goff (2013, p. 29) alerta que:

[...] há pelo menos duas histórias [...]: a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e os mass media, corrija esta história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros. Mas estará o historiador imunizado contra uma doença senão do passado, pelo menos do presente e, talvez, uma imagem inconsciente de um futuro sonhado?

Tentando sintetizar essa diferença, Silva e Silva (2018, p. 276) observam:

⁶*Pequeno curso de água, entre o Império Romano e a Gália, atravessado pelo general Caio Júlio César, em 49 a.C., desobedecendo ordens do Senado e iniciando o conflito que o levaria a se tornar ditador vitalício.*

⁷*Batalha ocorrida em 18 de julho de 1815 próximo a Waterloo, na atual Bélgica, onde a França, liderada por Napoleão Bonaparte, foi derrotada pelas forças conjuntas da Grã-Bretanha e Prússia.*

Outra distinção entre história e memória está no fato de a história trabalhar com o acontecimento colocado para e pela sociedade, enquanto para a memória o principal é a reação que o fato causa no indivíduo. A memória recupera o que está submerso, seja do indivíduo, seja do grupo, e a história trabalha com o que a sociedade trouxe a público (SILVA; SILVA, 2018, p. 276).

Antes de enveredar para o terreno do relato jornalístico, é oportuno aproveitar o exposto para uma ponte com a história oral, considerando que:

[...] a forma de maior interesse para o historiador é a memória coletiva, composta pelas lembranças vividas pelo indivíduo ou que lhe foram repassadas, mas que não lhe pertencem somente, e são entendidas como propriedade de uma comunidade, um grupo. O estudo histórico da memória coletiva começou a se desenvolver com a investigação oral. Esse tipo de memória tem algumas características bem específicas: primeiro, gira em torno quase sempre de lembranças do cotidiano do grupo [...], quase nunca fazendo referências a acontecimentos históricos valorizados pela historiografia, e tende a idealizar o passado. Em segundo lugar, a memória coletiva fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade, mas normalmente tende a se apegar a um acontecimento considerado fundador, simplificando todo o restante do passado. Por outro lado, ela também simplifica a noção de tempo, fazendo apenas grandes diferenciações entre o presente (“nossos dias”) e o passado (“antigamente”, por exemplo). Além disso, mais do que em datas, a memória coletiva se baseia em imagens e paisagens. O próprio esquecimento é também um aspecto relevante para a compreensão da memória de grupos e comunidades, pois muitas vezes é voluntário, indicando a vontade do grupo de ocultar determinados fatos. Assim, a memória coletiva reelabora constantemente os fatos. (SILVA; SILVA, 2018, p. 276).

Neste sentido, para explorar lembranças, recordações, reminiscências e/ou reativas, um dos recursos é a entrevista, utilizando história oral, mas considerando sempre a necessidade de cotejar dados assim fornecidos com os de outras fontes, por exemplo bibliográficas ou documentais:

Suponhamos que se pretenda estudar a história de determinada empresa. Haveria diversas maneiras de abordar o tema. Uma delas consiste em pesquisar os documentos escritos que a empresa produziu desde sua criação: seus estatutos, as atas de reuniões, as faturas, correspondência etc. Uma pesquisa sistemática nessas fontes pode resultar na produção de um documento de trabalho que dê conta da trajetória da empresa, seus percalços, o tipo e o número de funcionários empregados ao longo dos anos, as mudanças de rumo, sua relação com o mercado, a estrutura de produção etc. Uma outra possibilidade consiste em empregar a metodologia de história oral: dirigir o foco de interesse não para aquilo que os documentos escritos podem dizer sobre a trajetória da empresa, e sim para as versões que aqueles que participaram de ou testemunharam tal trajetória podem fornecer sobre o assunto. Isso pressupõe que o estudo de tais versões seja relevante para o objetivo da pesquisa. Se o emprego da história oral significa voltar a atenção para as versões dos entrevistados, isso não quer dizer que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido. (ALBERTI, 2005, p. 30).

Veículo da grande reportagem, ou seja, do relato de fôlego a avançar no detalhamento e na contextualização, o livro como suporte para o jornalismo ultrapassa dois cânones da imprensa, como observa Edvaldo Pereira Lima (1993a, p. 18), a atualidade e a periodicidade. Sem pressão do fechamento periódico de uma edição, o livro-reportagem aprofunda o conteúdo e pode, inclusive, tensionar os padrões formais do texto, avançando em direção à literatura como o mesmo autor procura descrever detalhadamente (LIMA, 1993b). No entanto, não pode ser confundido com um estudo histórico, mesmo quando envereda pela biografia ou pela reconstituição de um fato determinado. Em realidade, como produto jornalístico, é fonte histórica que deve ser colocada no mesmo nível de outros de seus correlatos, como jornais, revistas, portais, emissoras de rádio ou estações de televisão.

Por fim, ainda procurando embasar a reflexão que aparece na sequência, cabe lembrar a descrição feita por Michael Schudson (1993, p. 213-218) ao identificar, pelo ponto de vista metodológico, três tipos de estudos históricos no campo da comunicação: (1) a macro-história, buscando responder como a evolução dos meios esclarece a

própria natureza humana, no sentido das alterações que a sociedade vai sofrendo; (2) a história propriamente dita, considerando a relação da história dos meios de comunicação com a história cultural política, econômica ou social, procurando entender como se dá a influência da primeira sobre a segunda e vice-versa; e (3) a história das instituições, que pretende saber como se desenvolveu esta ou aquela instituição de comunicação, embora, nesse processo, corra o risco de se converter em um desfile de personagens e readequações organizativas.

Exageros e lacunas

Sem realizar uma pesquisa aprofundada e, portanto, correndo o risco de incorrer em erros próprios de generalizações⁸, a sensação é de que – por exemplo, nos cursos de graduação da área de Comunicação – a história do rádio limita-se, quando presente, à visão geral do meio, destacando-se, por vezes, alguns fatos. Detalhamentos vão pouco além da contribuição de Roberto Landell de Moura ao desenvolvimento da tecnologia de transmissão e recepção por ondas eletromagnéticas; do papel de Edgar Roquette-Pinto no surgimento da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro; da importância de uma emissora como a também carioca Nacional nos tempos do espetáculo dos humorísticos, novelas e programas de auditório; ou da valorização do *Repórter Esso* como noticiário basilar para a definição de parâmetros no radiojornalismo. Esquece-se, com isso, de outros cientistas fundamentais para o advento do rádio como meio de comunicação de massa; do pioneirismo do Rádio Clube de Pernambuco, de Recife, entidade anterior à de Roquette-Pinto e seus colegas da Academia Brasileira de Ciências; de emissoras importantes como a Record, de São Paulo, primeira estação a ser pensada como empresa; ou de todas as dificuldades para que o jornalismo se definisse como segmento.

Talvez – dúvida a merecer futuras idas a campo no sentido de esclarecê-la –, misturem-se na abordagem histórica do meio certo senso comum e uma espécie de memória coletiva dos profissionais e dos pesquisadores. Nesse sentido, Daniel Gambaro (2019, p. 58-61) alerta para os mitos institucionalizados no discurso a respeito do rádio. Trata-se de um duplo processo no qual “os textos que reconstróem os avanços da indústria radiofônica – em especial no Brasil – se valem de um imaginário sobre o meio, ao mesmo tempo em que o alimentam” (GAMBARO, 2019, p. 58). Em sua tese de doutorado, é contundente na análise que faz a respeito de algumas tentativas de abordar historicamente o rádio:

Nessa forma narrativa, o meio, momentaneamente, deixa de ser algo imensurável e metafísico – uma instituição – e se personifica. São reduzidos ou mesmo abandonados os contextos, para então se fortalecer uma jornada individual desse personagem. O rádio, muitas vezes, é tratado como herói na concorrência entre mídias diferentes. A história de seu desenvolvimento assume ares de um mito, o “mito do rádio” como mídia ancestral e resiliente, mas que nunca luta de fato. No entanto, ao atribuir características arquetípicas para construir uma narrativa heroica, acaba-se mascarando questões importantes que não encontram força para vir à tona. Tal abordagem faz parecer, muitas vezes, que o meio tecnológico é um ser vivente dotado de inteligência, e seus percalços são resultados de suas próprias ações, e não dos diferentes agentes que operam em sua existência: o mercado, as empresas, os funcionários, os ouvintes etc. (GAMBARO, 2019, p. 60).

Gambaro (2019, p. 61) cita alguns desses arquétipos presentes em estudos anteriores e que configuram o rádio em sua trajetória: “criança, guerreiro, mensageiro, companheiro, ancião”. Faz referência, ainda, à ideia de “época de ouro do rádio” (GAMBARO, 2019, p. 73-74), embora, por estar fora do escopo pretendido no seu trabalho, não chegue a analisar essa idealização associada ao período. De qual momento se está tratando? Daquele no qual o meio rádio predomina na comunicação de massa brasileira com uma programação baseada no entretenimento oferecido, em especial, por humorísticos, novelas e programas de auditório. Como descrito em outro trabalho (FERRARETTO, 2012b, p. 6), do surgimento da estratégia mercado-

⁸Na descrição aqui incluída, usam-se como referência indícios apresentados por Daniel Gambaro (2019) ao analisar o rádio como instituição. Um deles: “A fase entre os anos 1940 e 1950 é, possivelmente, a mais documentada do rádio brasileiro. Consequência, em minha opinião, de aí se localizar o apogeu da emissora brasileira mais importante – a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro” (GAMBARO, 2019, p. 73).

lógica dominante nesse período até o seu ocaso, engloba do início da década de 1930 até a segunda metade dos anos 1960. Deve se ressaltar que essa ideia de era dourada tem relação direta com a audiência e, como consequência dessa, dos lucros obtidos pelas emissoras na comercialização de anúncios e patrocínios. No seu desmonte, como provocação, cabem alguns questionamentos. Por que usar a expressão “época de ouro” se o jornalismo de rádio, algo essencial, era, fora poucas exceções⁹, secundário na programação das emissoras? Por que usar a expressão “época de ouro” se a participação do ouvinte, embora existente¹⁰, era muito menor do que a verificada na contemporaneidade, sob a vigência das redes sociais? Por que usar a expressão “época de ouro” se a presença do meio na residência das pessoas estava limitada à existência da rede de energia elétrica¹¹ da qual dependiam para funcionar aparelhos valvulados de tamanho considerável?

⁹Uma delas é a Emissora Continental, do Rio de Janeiro, que, já no início da década de 1950, aposta na reportagem como um ativo importante da sua programação (FERRARETTO, 2011, p. 23-24).

¹⁰Cabe lembrar, por dever de ofício, que o Programa Casé, da Rádio Philips, em 1932, primeira atração do tipo organizada conforme os padrões já adotados nos Estados Unidos e na Europa, teve sua estrutura alterada em função justamente da quantidade de ligações telefônicas feitas por ouvintes elogiando a parte popular da transmissão, o que fez Adhemar Casé cancelar o segmento dedicado à música erudita (CASÉ, 1995, p. 44).

¹¹Em 1950, por exemplo, pouco mais de um terço da população brasileira vivia em cidades e a zona rural carecia de eletrificação (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003, p. 5).

¹²Gambaro é um dos poucos integrantes desse fórum de pesquisadores oriundo de cursos de Rádio, Televisão e Internet, nova denominação das antigas graduações em Radialismo.

Se idealizações são problemáticas, também o são as demonizações. Sem pretender fazer aqui um julgamento da produção intelectual na área, é de se perguntar o porquê de alguns segmentos radiofônicos terem sido menos estudados do que outros. Extenso levantamento realizado a respeito dos artigos apresentados de 2001 a 2015 no Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom (KISCHINHEVSKY et al., 2017, p. 98-102), entre outros aspectos relevantes, dá uma boa ideia dos temas preferencialmente abordados:

- noventa por cento tratavam de história de emissoras, programas e profissionais (1º); rádio local, regional ou rural (2º); radiojornalismo (3º); e convergência (4º);
- havia baixíssima incidência de trabalhos sobre publicidade e propaganda, dramatização radiofônica, web rádios, mercado radiofônico ou gestão de emissoras e cobertura esportiva, além de uma forte lacuna no relacionado à presença religiosa no meio e ao radialismo, área em que, na época de produção do levantamento, contava com 40 cursos de graduação.

Para reflexão, cabe salientar que a maioria dos integrantes do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora é de jornalistas, condicionando o enfoque. O próprio fato de que todos os coordenadores do GP, ao longo de quase três décadas, serem desse campo profissional atesta a baixa participação de pesquisadores de outros campos. Como registra Daniel Gambaro¹² (2019, p. 83) ao analisar a crítica dirigida ao segmento musical, há “certo desprezo impregnado nessa estratégia discursiva, necessário para valorizar o jornalismo como função essencial do rádio”. Obviamente, rádio é algo bem maior do que o segmento ocupado pelas estações dedicadas à veiculação noticiosa. Embora o levantamento coordenado por Marcelo Kischinhevsky não indique, outra área de atuação radiofônica quase nunca abordada é a das emissoras populares, vistas, a exemplo das estações musicais, com desconfiança pelos jornalistas nesse jogo de endeusamentos e demonizações. Também pode-se supor que, nos estudos históricos identificados, haja certa predominância de enfoques relacionados à tal “época de ouro”, a rádios locais ou regionais ou ao jornalismo.

Fique claro: a predominância de jornalistas no Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora reside na própria prevalência quantitativa dos cursos de graduação em Jornalismo sobre os demais no campo da Comunicação. Também não se quer aqui menosprezar o produzido ou impor escolhas a quem se dedica à pesquisa em um país aceleradamente pendente à desconstrução do conhecimento, da ciência e do ensino. Apenas busca-se indicar lacunas e percalços existentes nos estudos históricos. A respeito desses últimos, é importante lembrar do risco das mitificações, por si só simplificações de aspectos mais complexos. Muitos pesquisadores de história do rádio foram profissionais de emissoras e seguem sendo ouvintes. Não estão, portanto, livres da influência do seu próprio imaginário e dos coletivos humanos aos quais pertencem. Por mais que se obrigue a um necessário corte epistemológico, a sua parcela de memória coletiva pode, por exemplo, fazer com que o pesquisador sobrevalorize a Rádio Nacional, esquecendo de emissoras importantes, no campo do espetáculo, como Mayrink Veiga e Tupi; pode embutir doses de nacionalismo na definição do papel de um Landell de Moura ou de um Roquette-Pinto; ou pode

até deixar quase, para além do desejável, que suas escolhas ideológicas o afastem da metodologia necessária ou da base teórica adequada.

Considerações finais

Por ser impregnada pelo ponto de vista de quem a produz, cada narrativa histórica é particular, sem significar que uma exclua totalmente a outra. Mesmo enfoques diferentes podem se complementar. Em trabalho anterior, apresenta-se uma proposta de periodização para a trajetória do rádio brasileiro (FERRARETTO, 2012b). Exercício semelhante faz César Bolaño (2012). Embora compartilhando influências, são artigos que partem de visões diversas, obtendo resultados também diversos. No entanto, completam-se ao ponto de terem sido publicados na mesma edição da *Eptic – Revista Eletrônica Internacional de Economia Política das Tecnologias da Informação e Comunicação*. E se divergissem acentuadamente? Talvez permitissem que, na crítica a ambos, um terceiro pesquisador os superasse. É assim, na dúvida e na indagação a respeito dessa, que se constrói, para além do senso comum, a ciência.

No processo de construção da narrativa histórica, há espaço para o científico, para o memorialístico e para o jornalístico, desde que, dentro do proposto por quem se dedicar a tais tarefas, sejam realizadas com a consciência de seus limites e de seus diferentes graus de relevância. Pelo viés da ciência, o pesquisador pode trilhar o caminho da história – o acontecido e sua importância para a sociedade – ou o da memória – a reação provocada, ou não, no indivíduo. Tem enorme rol de possibilidades à sua frente. De fato, há significativa quantidade de objetos não explorados. Afinal, cada estação de rádio, com seus programas e profissionais, entra nessa categoria. Como história é narrativa, a cada olhar arguto surgem novos enfoques.

Serviços como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – com a coleção de alguns dos principais periódicos do país – e o Memórias Reveladas do Ministério da Justiça e Segurança Pública – no qual estão, entre outros, arquivos como o do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI) – permitem acesso a milhares de dados online. Fora isso, na outra ponta, a da divulgação do pesquisador, apesar de todas as dificuldades recentes, existem publicações como a Revista Brasileira de História da Mídia, ligada à Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar), e à Rádio-leituras, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e do Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (ConJor).

Cabe, por último, observar o papel infelizmente não desempenhado pelas próprias rádios. Se considerada a quantidade de estações e seu tempo de existência, é ínfimo o percentual das que mantêm arquivos sonoros, algo importantíssimo para a análise e valorização da importância dessas para as regiões onde atuam. Há anos, a coleta e guarda de tal tipo de material resume-se às que se dedicam ao jornalismo, com peso maior para o registro da cobertura esportiva. Qualquer pesquisador de história do rádio sabe a dificuldade que é obter gravações relacionadas aos segmentos popular e musical, boa parte das quais – diante do desinteresse de radiodifusores, gestores e profissionais – só existe graças a abnegados ouvintes, também responsáveis por sua disponibilização via internet.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BARBOSA, Marialva. Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia: uma dupla história. **Global Media Journal – Brazilian Edition**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, v.1, n. 1, 2009.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1800-1900.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOLAÑO, Cesar. Considerações sobre a economia política do rádio. **Eptic – Revista Eletrônica Internacional de Economia Política das Tecnologias da Informação e Comunicação**, Aracaju: Observatório de Economia e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, v. XIV, n. 2, maio-ago. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/417/331>>.

CARR, Edward Hallett. **O que é história?** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CASÉ, Rafael. **Programa Casé, o rádio começou aqui.** Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

CASTRO, Ruy. **Carmen – Uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. **História da comunicação: rádio e TV no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1982.

FERRARETTO, Luiz Artur. A pesquisa coletiva em mídia sonora. *In*: MELO, José Marques; DALLA COSTA, Rosa Maria; FONSECA, Jovina (Org.). **Paradigmas brasileiros em Ciências da Comunicação.** São Paulo: Intercom, 2012a, p. 429-441.

FERRARETTO, Luiz Artur. Radiojornalismo no Brasil: do noticiário à convergência, alguns fragmentos históricos. *In*: MOREIRA, Sonia Virgínia (Org.). **70 anos de radiojornalismo no Brasil 1941-2011.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2011. p. 17-41.

FERRARETTO, Luiz Artur. Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. **Eptic – Revista de Economia Política das Tecnologias da Informação e Comunicação**, Aracaju: Observatório de Economia e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, v. XIV, n. 2, maio-ago. 2012b. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/418/332>>.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

GAMBARO, Daniel. **A instituição social do rádio: (re)agregando as práticas discursivas da indústria no ecossistema midiático.** São Paulo, 2019. 452p. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais) – Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo.

GOLDFEDER, Miriam. **Por trás das ondas da Rádio Nacional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

HAUSSEN, Doris Fagundes. A pesquisa em rádio no Brasil: o papel do GP Rádio e Mídia Sonora da Intercom e dos PPG em Comunicação. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 41, 2018, Joinville. **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2018. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1130-1.pdf>>.

KISCHINHEVSKY, Marcelo *et al.* Chaves conceituais e objetos de pesquisa em rádio e mídia sonora no século 21. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 40, n.3, p.91-108, set.-dez. 2017. Disponível em: <<http://www.por-tcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2802/2092>>.

LADEIRA, Cesar. **Acabaram de ouvir...** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

LAGO, Mario. **Bagaço de beira-estrada**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é livro-reportagem**. São Paulo: Brasiliense, 1993a.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993b.

LOPES, Saint-Clair. **Rádiodifusão hoje**. Rio de Janeiro: Temário, 1970.

MORAIS, Fernando. **Chatô, o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **O rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

MURCE, Renato. **Bastidores do rádio: fragmentos do rádio de ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário de sinônimos**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. 3.ed. São Paulo: Summus, 1985. 122p.

SAMPAIO, Mário Ferraz. **História do rádio e da televisão no Brasil e no mundo (memórias de um pioneiro)**. 2.ed. Campos dos Goytacazes: Fundação estadual Norte Fluminense, 2004.

SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio Nacional, o Brasil em sintonia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes/ Funarte, 1988.

SCHUDSON, Michael. Enfoques históricos a los estudios de la comunicación. *In*: JENSEN, Klaus Bruhn, JANKOWSKI, Nicholas W. (Ed.). **Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas**. Barcelona: Bosch, 1993. p. 211-228.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

TAVARES, Reynaldo. **Histórias que o rádio não contou: da galena ao digital, desvendando a radiodifusão no Brasil e no mundo**. São Paulo: Negócio, 1997.

TAVARES, Reynaldo. **Histórias que o rádio não contou: da galena ao digital, desvendando a radiodifusão no Brasil e no mundo**. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2014.

TOTA, Antonio Pedro. **A locomotiva no ar: rádio e modernidade em São Paulo 1924-1934**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/ PW, 1990.

URBANIZAÇÃO vai de 31% em 1940 a 81%. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 set. 2003. Especial Brasil do Século 20, p. 5.

VAMPRÉ, Octavio Augusto. **Raízes e evolução do rádio e da televisão**. Porto Alegre: Feplam/ RBS, 1979.

VEYNE, Paul. **Como se escreve história?** Lisboa: Edições 70, 2008.

VIEIRA, Jonas. **César de Alencar, a voz que abalou o rádio**. Rio de Janeiro: Valda, 1993.